

A guerra anunciada

OPINIÃO

MARCO AURÉLIO MELLO

Há uma guerra noticiada diuturnamente. As vítimas são milhares, tão anônimas quanto desprotegidas. Os arsenais não se equiparam, pois a bandidagem estrategicamente se organizou, e alicia, de maneira sórdida, os mais jovens. De acordo com a ONU, há no Brasil pelo menos 20 mil crianças e adolescentes, de 10 a 16 anos, que trabalham como entregadores de droga, recebendo entre R\$ 900,00 a R\$ 1.500,00 mensais pela tarefa, além de usufruírem certo status comunitário. Que outro emprego lhes ofereceria tanto?

O narcotráfico invadiu as ruas do Brasil. O Estado agoniza. Pesado por tantos anos de inércia, movimentou-se ineficazmente. As amarras burocráticas o impedem de proteger a população. Como desculpa, resmunga que não tem recursos para se reaparelhar, que precisa de tempo para chegar à solução satisfatória. Atordoado, o Estado torna-se alvo fácil e diariamente desonra a si mesmo, permitindo ou facilitando os ataques do inimigo outrora incapaz de grandes arroubos.

A automutilação do Estado brasileiro é o primeiro passo para a barbárie, ou será o último? Até quando subsistiremos, como nação livre, soberana e democrática, se aceitarmos compassivamente a eliminação inicialmente de agentes públicos, depois de instituições e valores, enfim, do próprio Estado? Até quando resistiremos aos ataques aviltantes e infames à nossa honra como cidadãos, como contribuintes honestos, probos e pacatos?

Nos últimos dias, a escalada da violência no Rio parece escancarar o que todos de há muito já sabíamos: as metrópoles brasileiras passam por uma situação de

guerra civil não declarada. As estatísticas são dissecadas nos principais veículos de comunicação internacionais, enquanto se expõem cenas de uma violência estarrecedora. Correm nas telas do mundo as imagens da maior favela da América Latina conflagrada por uma guerra urbana. Matam-se civis, policiais e bandidos. Famílias deixam seus lares. Fecham-se avenidas e túneis. Que tristeza: o conflito armado que mobilizou 1.200 policiais substituiu os cartões-postais cariocas.

Dizem as publicações que o Rio de Janeiro conta com uma das maiores taxas de homicídio do mundo — 44 mortes por ano por 100 mil habitantes; falam da crescente sofisticação na arquitetura do crime, necessária para garantir, só na Rocinha, a movimentação semanal de dez milhões de reais e de 500 quilos de cocaína. Tais cifras explicam a disputa sangrenta que dominou a paisagem.

As autoridades resfolegam, atônitas. Se continuarmos desarticulados, esperando a conjuntura ideal para a ação, a massa de excluídos da cidadania ocupará os vazios de autoridade deixados pelo Estado. O momento de agir há muito já tarda.

A omissão do Estado, deixando de proporcionar aos cidadãos condições mínimas de subsistência digna, como segurança, saúde, educação, resultou no aprofundamento das desigualdades sociais, cujo preço é o recrudescimento sem peias da violência urbana e até rural.

A legislação penal em vigor é suficiente. O que falta é sanar os vícios na infra-estrutura do país. Não dá para escapar do óbvio — é urgente que se enfrente a corrupção, desfazendo nós górdios, como a obsolescência do modelo de segurança em uso. Não

bastam as medidas paliativas usuais, em que se notam muito aparato e pouco siso. Sobejam marqueteiros e politicagens, a contrastar com a notória falta de estratégia e de políticas públicas, agora definitivamente insuportável. A situação é gravíssima. Chegou-se ao ponto de que somente uma operação articulada de maneira tecnicamente competente e apartidária, envolvendo todas as esferas da governança, num mutirão de forças sem precedentes, poderá fazer-nos sair desse autêntico estado de anarquia. O problema é nacional. Somos uma República Federativa, não a confederação que parece aqui in-

stalada, na qual egos federais, estaduais e municipais se confrontam à busca de holofotes. Discursos vazios e ridículas bravatas não impedirão a bandalha, que avança cada vez mais agressiva.

Guimarães Rosa profetizava que, onde há uma vontade, sempre existe um caminho. Façamos, pois, o caminho, já que ninguém mais pode olvidar a vontade.

MARCO AURÉLIO MELLO é ministro do **Supremo Tribunal Federal (STF)**.